Apresentado no GEL de 2005

A preposição *a* no Português Moçambicano

Marilza de Oliveira / Universidade de São Paulo

RESUMO

*Neste artigo analiso alguns contextos de uso da preposição **a** (complementos dativos, e verbos de movimento) no Português Moçambicano e discuto o papel da gramática da L1 e do input da língua-alvo para a aquisição do português como L2.*

INTRODUÇÃO

Segundo Gonçalves (2004), Moçambique é um país de larga diversidade lingüística. Além do Português, língua oficial, falam-se mais de 20 línguas do grupo banto (doravante LBs). O português, essencialmente uma língua urbana, é adquirido como L2 por via escolar e é usado em algumas situações diárias. De fato, cerca de 40% da população adquire o português como L2 e apenas 3% como L1.

Tomando como corpus a transcrição de fala e textos escolares, Gonçalves (2002, 2004) analisou o emprego da preposição "a" com verbos dativos e Gonçalves & Chimbutane (2004) analisaram os constituintes locativos e direcionais. Estes trabalhos trouxeram argumentos empíricos que favorecem a tese da interferência da gramática da L1 no processo de aquisição da L2. A falta de robustez do input lingüístico foi o principal argumento para a não-coincidência entre o português adquirido e o PE, língua-alvo.

Como o trabalho não foi desenvolvido a partir de estágios de aquisição, não se sabe ao certo os processos cognitivos envolvidos em cada fase. Este trabalho pretende reanalisar os dados a partir de estágios de aquisição para discutir em que medida as gramáticas intermediárias devem ser vinculadas à interferência da L1 e/ou ao input lingüístico recebido.

Na primeira parte do trabalho, apresento o embasamento teórico e metodológico; na segunda parte esboço a análise descritiva realizada por Gonçalves para o uso variável da preposição no PM; na terceira parte analiso os dados lingüísticos a partir de diferentes estágios de aquisição; por fim, teço algumas considerações finais.

1. Embasamento teórico e metodológico: aquisição de L2

Dentro da proposta da teoria seletiva, no processo de aquisição da linguagem a criança, dotada dos princípios genéticos fornecidos pela GU, seleciona os valores de um parâmetro a partir da exposição de dados lingüísticos (Lightfoot 1982). No caso específico da aquisição de uma L2, coloca-se a questão de qual seria o estado inicial. O problema está em saber se o aprendiz tem acesso somente aos parâmetros marcados de sua L1 ou se tem acesso às possibilidades abertas da GU.

Roeper (1999) propõe a hipótese generalizada do bilingüismo em L1. Uma gramática é resultado do valor default do parâmetro; a outra resulta da marcação do parâmetro. A partir dessa proposta, pode-se hipotetizar que a aquisição da L2 representa a ativação de gramáticas anteriormente colocadas no limbo.

Odlin (1989): devido à internalização da gramática da L1, no momento em que se dá a aquisição da L2 ocorre a transferência sintática de L1 para L2.

Dulay et al. (1982) rejeitam a hipótese da transferência de L1, principalmente no nível sintático (Paradis e Genesee 1996). Para Dulay, a aquisição de L2 é o resultado de uma interação pura entre a GU e o input de L2 (White 1989).

Flynn (1987): no ponto em que L1 e L2 se igualam, ao parâmetro de L2 não precisa ser atribuído um novo valor, e, no ponto em que divergem, um novo valor ao parâmetro de L2 precisa ser atribuído pela criança.

Bickerton (1977): hipótese da relexificação: para o falante atingir um grau de proficiência para se comunicar em L2, ele passa antes por um processo de substituição gradual do léxico de sua L1 pelo léxico de L2, mantendo, durante algum tempo a estrutura de L1, até que L2 seja adquirida por completo, tanto em estrutura quanto em léxico. Para Gonçalves, a relexificação não é uma estratégia de aquisição Del2, pois a a transferência de padrões de L1 para L2 ocorreu predominantemente no nível sintático e não no lexical.

Gonçalves (1996) estuda a aquisição do japonês por brasileiros. Núcleo final X núcleo inicial. Para ele, a L1 desempenha um importante papel, à medida em que a criança vale-se do parâmetro da língua previamente adquirida para ir reestruturando a gramática da língua alvo, de modo que vai, gradativamente, eliminando as diferenças entre o Português

que ouve e aquele que ela produz. Assim, a transferência tem lugar apropriado na aquisição de L2, principalmente quando L1 e L2 são tipologicamente diferentes.

Gonçalves apresentou evidências de transferência de propriedades sintáticas de L1 para L2. A criança inicia o processo de aquisição de L2 com o valor dos parâmetros marcados de acordo com as particularidades de sua L1, o que explica a presença marcante de propriedades de L1 em L2, principalmente quando as línguas envolvidas divergem no valor de um parâmetro para um mesmo princípio.

Para atingir o modelo adulto de L2, o input que a criança recebe em L2, interagindo com propriedades da gramática universal, leva a criança a remarcar o valor do parâmetro em questão, em favor da língua alvo, sem causar a extinção do valor do parâmetro já marcado em sua L1. No nível do conhecimento, a criança tem duas gramáticas: uma para L1 e uma para L2. Isso leva a especular que a variação na aplicação do parâmetro da linearidade parece estar mais ligada a uma questão de performance. O valor dos parâmetros de L1 presente em L2 acaba por ser um ponto de referência (fonte) para que a criança perceba as diferenças entre a sua produção lingüística e a dos falantes da língua alvo, o que a possibilitará ir eliminando essas diferenças, até que L2 seja adquirida por completo.

Além da distância tipológica entre as línguas ser um fator que proporciona a presença de regras de L1 atuando em L2, também o desequilíbrio entre a exposição à L@ e o seu uso efetivo parece propriciar a transferêncai como uma estratégia de aquisição.

O fator “tempo de exposição ao português” é determinante na aplicação adequada do parâmetro da linearidade. Com o aumento de tempo de exposição ao português e com o crescimento do conhecimento da língua, a transferência decresce e, conseqüentemente, a proporção de construções atribuíveis à interferência de L1 também decresce.

Herschensohn (2000) propõe estágios para a aquisição da L2. Para a autora, a aquisição de L2 depende da aquisição da morfologia e do léxico, que ocorre gradualmente:
Estágio 1: transferência da gramática da L1. O estado inicial da L2 é a gramática de L1 com um número limitado de itens lexicais de L2;

Estágio 2: gramáticas intermediárias. Os valores paramétricos da L2 são adquiridos gradualmente;

Estágio 3: remarcação do parâmetro de acordo com os valores de L2.

No que concerne especificamente à aquisição do português como L2 pelos moçambicanos, Gonçalves & Chimbutane (2004) assumem que:

1. A gramática das LBs interfere no processamento do input, gerando uma nova gramática;
2. As estruturas lingüísticas geradas pela gramática do PE desencadeiam novas propriedades, favorecendo a reestruturação da interlíngua e a sua convergência com o modelo-alvo.

Assumo que a aquisição da L2 depende da gramática da L1, ou seja o conhecimento da gramática da L1 é o estágio inicial na aquisição de uma L2 (Schwartz & Sprouse 1996, Herschensohn (2000) e interfere no processamento do input (Gonçalves & Chimbutane (2004)).

Independentemente de os valores da L2 coincidirem com os da L1, a L1 atua como o estado inicial. Com base na exposição de novos dados lingüísticos, ocorre a percepção da coincidência ou não dos valores. Se os valores são idênticos, há a aprendizagem instantânea; se são diferentes, o aprendiz deverá ativar uma gramática que está à parte. Esse processo é visualizado na fase das interlínguas. De fato, segundo Klein & Martohardjono (1999), os aprendizes da L2 constroem gramáticas provisórias, que vão sendo reestruturadas em direção ao modelo da língua-alvo, com base no input a que estão expostos.

A reestruturação pode ainda ser bloqueada pela influência da L1, impedindo que certos aspectos do input da L2 sejam detectados (White 2000). A conseqüência é que a gramática atingida no estágio final da aquisição da L2 não coincide com a da língua-alvo.

Este quadro nos faz levantar algumas questões: O que é transferido da L1? Até que fase há transferência do conhecimento da L1? Em que momento se dá a aquisição da morfologia e do léxico capazes de ativar a nova gramática?

Para responder a essas questões, analiso quatro transcrições de fala colhidas em Maputo por Gonçalves (....). Foram estabelecidos três estágios de domínio do português: o primeiro estágio é marcado pela falta de concordância verbal e nominal, verbos flexionados majoritariamente na 3ª. pessoa e no infinitivo, marcados ppela

pela ausência de marcas conversacionais;

2. Uso variável da preposição no Português Moçambicano

2.1 Complementos dativos

Os estudos realizados por Gonçalves (1996, 2002, 2004) assinalam que no processo de aprendizagem do português, os falantes moçambicanos apagam a preposição em complementos verbais. Segundo Gonçalves, o apagamento da preposição se dá com argumentos que exibem tipicamente o traço [+humano]. Uma conseqüência imediata do apagamento da preposição é o alçamento do objeto indireto para a posição de sujeito nas sentenças passivas :

11. Demonstrou __ as outras mulheres o papel do destacamento feminino.
12. **Os jovens** são dados responsabilidades de família.

Segundo a autora, o apagamento da preposição e a apassivação do objeto indireto são efeitos superficiais da atuação da gramática da L1, mais especificamente da atribuição de Caso. Duas características das LBs parecem orientar o processo de aprendizagem do português como L2:

a) nas LBs a preposição "el" é incorporada no verbo, portanto, não é a preposição que dá Caso ao NP, mas o complexo verbal, que passa a dar Caso aos dois argumentos do verbo:

Ex.	Mudjondzi	a-yiv-**el**-ile	Tino	mabuku.
	O aluno	roubou-a	Tino	os livros.

b) nas LBs há uma classe nominal de traço [+humano].

A supressão da preposição no PM é resultado da fixação do parâmetro da L1 estendido para L2, assumindo-se assim que o verbo dá Caso aos dois argumentos.

No português, o traço [+humano] está presente no clítico dativo *lhe* e está presente na função de objeto indireto, normalmente precedido da preposição *a*. Com base na percepção desses dados extraídos do input lingüístico da língua-alvo (Português Europeu) e

com base na classe nominal de traço [+humano] de sua língua, os moçambicanos generalizam a regra: os nominais de traço [+humano] são precedidos da preposição *a* e são retomados pelo pronome *lhe*. Essa generalização explica a extensão do uso da preposição *a* e de *lhe* para a função sintática de objeto direto:

13. Eles elogiam **a** uma pessoa.
14. Elogiaram-**lhe** muito.

O clítico *lhe* não é interpretado como evidência morfológica do Caso dativo, mas como a cliticização de um argumento [+humano]. A preposição *a* deixa de ser interpretada como um mero atribuidor de Caso e passa a fazer parte das propriedades lexicais do verbo.

2.2 Os verbos de movimento

Segundo Gonçalves (2004), as duas formas mais produtivas de referência espacial no changana (uma das LBs) são marcadas por um sufixo locativo –eni/-ini ou pela forma independente *ka*. O locativo não sofre restrições sintáticas, podendo ocupar inclusive a posição de sujeito e de objeto:

Kerek-**eni**	i	ku-tsongo.
Na igreja	é	pequeno.

Tin-tombhi	t-a-**ku**-tiv-a	([kerek-**eni**])
As raparigas	conhecem-lá	(na igreja).

O constituinte locativo em-SN é uma categoria nominal, o que explica o seu emprego em posições sintáticas nucleares. Além disso, pode coocorrer com verbos direcionais (**verbal frame**?):

Tin-tombhi	ti-hum-a	[kerek-eni].
As raparigas	saem de	na igreja.

Tin-tombhi	ti-nghen-a	[kerek-eni].
As raparigas	entram em	na igreja.

Essas propriedades do constituinte locativo das LBs são transferidas para a L2:

1. A preposição *em* do PE é adquirida como marcador morfológico de caso semântico locativo, e não como núcleo de um PP. Um efeito de superfície é o uso de *em*-SN na posição de sujeito e de objeto.

Na minha mãe era fértil.

Conheci **n**esse livro.

2. Os verbos direcionais de movimento passam a incorporar a informação de direção. Os argumentos dos verbos direcionais passam a desempenhar apenas a função de locativos (e não de direção), realizando-se lexicalmente como *em*-SN. Um efeito de superfície é a ausência total de preposição ou a co-ocorrência das preposições direcionais com o constituinte *em*-SN.

Levaram lá __ a igreja.

Vinham carros lá __ a escola.

Voltou **para <u>em</u>** <u>casa</u>.

Está a sair **de <u>n</u>**<u>o estúdio</u>.

3. Os estágios de aquisição

3.1. Os complementos de verbos dativos

Neste trabalho, analisamos 19 ocorrências de complementos dativos preposicionados do PM com o objetivo de investigar: i. os tipos de preposições que encabeçam o objeto indireto; ii. em que fase da aprendizagem aparece a preposição *a*; iii. se é possível determinar um quadro final para o PM. Os resultados acham-se reproduzidos na tabela abaixo:

Tab. 02 Tipo de preposição X informantes

	Albertina (I)	Lina (II)	Amaral (III)	Homem (III)[1]	Total
Zero	07	__	__	__	07
A	__	__	06	02	08
PARA	__	01	__	01	02

[1] Excluímos da análise o seguinte dado: Explicamos tudo _ aquela senhora (Homem). É possível que aí tenha ocorrido um caso de realização da crase entre a preposição *a* e o artigo feminino *a*.

Na fase I reina a variante zero, indício de que aqui se tem a marcação do parâmetro da L1. Nas demais fases ocorre a presença da preposição. O uso da preposição *para* precede o da preposição *a*, mas permanece com baixo índice de freqüência ao longo do processo. É só na fase III que se inicia e se impõe o uso da preposição *a*.

15. quando puseram comida **para** ele antão guardava um bocadinho (Lina)
16. Contam anedotas para: **para** os miúdos, ya (Homem)

A emergência da preposição *a* apenas na fase III sugere que o traço [+humano] que a caracteriza é aprendido após a fase I. É isso o que se observa na tabela abaixo em que tanto o uso de *lhe* quanto o de objeto direto preposicionado aparecem na fase II:

Tab 03 OD preposicionado e uso do clítico dativo X informantes

	Albertina (I)	Lina (II)	Amaral (III)	Homem (III)	Total
ODprep	__	03	03	02	08
Uso de *lhe*	__	01	01	02	04

Em variação com o clítico *lhe* aparece o pronome *ele* precedido da preposição *a* seja na função de objeto direto seja na função de objeto indireto; a preposição *para* aparece precedendo o pronome tônico na função de objeto indireto:

17. disseram para eu seguir **a** eles (Homem)
18. se falei **a** ele ou se fiz este tipo de pergunta... (Amaral)
19. quando puseram comida **para** ele antão guardava um bocadinho (Lina)

Esses dados sugerem que é possível estabelecer três passos no processo de aquisição do PE como L2 por falantes de LBs. No primeiro deles, o valor paramétrico da L1 (LBs) determina a fixação do parâmetro da Língua-alvo. Corresponde ao período da variante zero, pois toma-se o verbo como uma unidade complexa que dá Caso aos dois argumentos.

Em um segundo momento, que corresponde a um período de gramáticas intermediárias, parte-se da classe nominal [+humano] das LBs e identifica-se a preposição *a* como marcadora desse traço. Essa preposição acompanhará qualquer sintagma nominal de traço [+humano], independentemente da função sintática de objeto direto ou indireto.

Um terceiro momento corresponde a um período de gramáticas em competição, em que a preposição *a* passa por um processo de reanálise (ocorre em qualquer tipo de

complemento verbal de traço [+humano] ou é típico da função de objeto indireto) e coocorre com a preposição *para* na função de objeto indireto.

Nessa fase emerge a preposição "para" encabeçando o objeto indireto e se dá a associação entre a preposição *a* e o clítico *lhe* para nomes marcados [+humano] na função de objeto direto. A exposição a dados lingüísticos torna possível a extensão dessa generalização para a posição de objeto indireto na fase III. Essa gramática se aproxima, mas ainda não coincide com a língua-alvo, o Português Europeu. A falha da reestruturação da gramática pode ser atribuída à interferência da L1 (White 2000) que tem uma categoria nominal exclusiva para os nomes de traço [+humano].

3.2 Complementos de verbos de movimento

A análise do uso variável da preposição do PM em contexto de verbos de movimento, realizada por Rocha (2005), levou à proposição de dois momentos no processo de aprendizagem das preposições. Observe-se a tabela a seguir:

Tab 04 Verbos de movimento X informantes

	Albertina (I)	Lina (II)	Amaral (III)	Homem (III)	Total
EM	03	07	__	02	12
A	__	02	07 [+p]	__	09
PARA	02	04	18 [-p]	08	32

Na fase I, não se verificou nenhuma ocorrência da preposição *a* e já se tem o uso de *em* e *para*. Por que esses falantes escolhem a preposição *em* ao invés de *a*?

Em algumas LBs o locativo direcional e o locativo situacional se assemelham. É o caso da língua Tonga, em que –**ni** pode ser um locativo situacional ou um sufixo direcional: (Ngunga 2004: 139-140)

20. Libuku lomo aba badera**ni** (o livro está na cadeira)
21. Athu anodowa omunda**ni** (as pessoas vão à machamba)

A semelhança fonológica entre o afixo *–ni* das LBs e a preposição *em* (e suas formas articuladas) pode ter favorecido a escolha de *em* ao invés da preposição *a*. Outra possibilidade reside na hipótese da escala segundo a qual teríamos a seguinte passagem:

estado > apresentativo > movimento (Oliveira 2002). O verbo apresentativo facilitaria a extensão do uso da preposição selecionada pelo verbo estativo para o verbo de movimento.

A tabela acima sugere que a preposição *em* é usada desde a primeira fase com verbos de movimento e se mantém, exceção feita para o informante Amaral, nas demais fases, competindo com a preposição *a*:

22. Queria ir **à** escola... é preciso ir **na** escola ... não ir **na** escola... até quando não ir **na** escola (Lina)

Na fase III (Amaral), as preposições *para* e *a*, que tem aumento de freqüência considerável, estão em distribuição complementar: a primeira preposição é usada marcada [+permanência] e a segunda [- permanência].

Esses dados sugerem que no processo de aprendizagem do português, os falantes de LBs podem recuperar o locativo *–ni* e associá-lo à preposição *em*. Em um primeiro momento, a preposição é interpretada como marcador de localização e, segundo Gonçalves & Chimbutane (2004), aparece presa no nome de traço [+locativo]: V[em-NP]. Esta fase pode ser observada nos dados da informante Albertina, que representa o primeiro estágio no processo de aprendizagem do português:

23. levar mandoim levar **para no** mandjacaze (Albertina)

A presença de duas preposições sugere que *em* é primeiramente adquirido como um afixo situacional e que *para* é processado como preposição locativo-direcional. Em um segundo momento, o elemento *em* passa a ser interpretado como preposição e passa, portanto, a ser usado com verbos de movimento, i.e. *em* passa a ser subcategorizado pelo verbo, independentemente do fato de este ser estativo ou de movimento: V PP.

A preposição *a* aparece na gramática intermediária, mas é na fase III que se distingue de *para* quanto aos valores [+/- permanência], aproximando-se da língua-alvo. Entretanto, um dos informantes usa a preposição *em* com verbos de movimento na fase III, o que sugere que essa fase não é totalmente coincidente com a língua-alvo. A interferência da L1 bem como a escala de extensão do uso dessa preposição podem explicar o uso de *em*.

Considerações finais:

Gonçalves, Perpétua & Chimbutane, Feliciano (2004) O papel das línguas bantu na gênese do português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais. In Papia 14, 7:30.

1. O conhecimento da gramática das LBs por aprendizes de Português como L2 interfere no processamento do input, gerando uma nova gramática do Português.

2. Qual o papel do input (língua-alvo)? Até que ponto as estruturas lingüísticas geradas pela gramática do PE desencadeiam novas propriedades, favorecendo a re-estruturação da interlíngua e a sua convergência com o modelo-alvo?

3. Os dados de interlíngua revelam estratégias intermediárias de aquisição e podem elucidar os processos cognitivos envolvidos na reestruturação da interlíngua e, por conseguinte, na convergência com o modelo-alvo.

Mudanças no comportamento sintático dos constituintes locativos e direcionais:

3. Reanálise da preposição *em* do PE como marcador morfológico de caso semântico locativo, e não como núcleo de um SP. A preposição *em* é usada não como preposição plena, mas como um instrumento morfológico destinado a assinalar a função semântica locativa dos SNs com que co-ocorre. Um efeito de superfície é o uso de *em*-SN na posição de sujeito e de objeto.
   Ex. **N**a minha mãe era fértil.
   Conheci **n**esse livro.

4. Reanálise dos verbos direcionais de movimento que passam a incorporar a informação de direção, dispensando as preposições a/para e de. Os argumentos dos verbos direcionais passam a desempenhar apenas a função de locativos (e não de direção), realizando-se lexicalmente como *em*-SN. Um efeito de superfície é a ausência total de preposição ou a co-ocorrência das preposições direcionais com o constituinte *em*-SN.
   Ex. Levaram lá __ a igreja.
   Vinham carros lá __ a escola.
   Voltou **para <u>em</u>** <u>casa</u>.
   Está a sair **de <u>n</u>**<u>o estúdio</u>.

Essas reanálises são contra-argumentos para a idéia de substituição ou supressão das preposições do PE.

Aquisição e mudança de línguas não maternas:
Schwartz & Sprouse (1996) propõem a transferência total/acesso parcial (full transfer / full access): o conhecimento da gramática da L1 é o estágio inicial na aquisição de uma L2.

Klein & Martohardjono (1999): no processo de aprendizagem da L2, os aprendentes constróem gramáticas provisórias – interlínguas, que vão sendo reestruturadas em direção ao modelo da língua-alvo, com base no input a que estão expostos.

White (2000): A reestruturação pode ser bloqueada pela influência da L1. Nesse sentido, a gramática da L1 atua "como um filtro, impedindo que certos aspectos do input da L2 sejam detectados" (p.137). A conseqüência é que alguns traços gramaticais não são reestruturados e a gramática atingida no estágio final da aquisição da L2 não converge com a da língua-alvo. O bloqueio no processo de reestruturação lingüística leva à estabilização de regras e de traços gramaticais.

Comportamento sintático de constituintes locativos e direcionais nas línguas bantu (changana)

As duas formas mais produtivas de referência espacial no changana são marcadas por um sufixo locativo –eni/-ini ou pela forma independente ka. O locativo não sofre restrições sintáticas, podendo ocupar inclusive a posição de sujeito e de objeto:

Kerek-**eni** i ku-tsongo.

Na igreja é pequeno.

Tin-tombhi t-a-**ku**-tiv-a ([kerek-**eni**])
As raparigas conhecem-lá (na igreja).

Nas LBs o constituinte locativo em-SN é uma categoria nominal, o que explica o seu emprego em posições sintáticas nucleares.
Os verbos das LBs incorporam a informação sobre "direção", o que explica a coocorrência com o locativo *–eni*.

Tin-tombhi ti-hum-a [kerek-eni].
As raparigas saem de na igreja.

Tin-tombhi ti-nghen-a [kerek-eni].
As raparigas entram em na igreja.

Se o verbo não incorpora a informação sobre direção, esta é marcada por uma preposição. É o caso do verbo *fika* (chegar) que é seguido da preposição de origem:

B´ava a-fik-ile [ka-Maputsu].
O papá chegou em Maputo.

B´ava a-fik-ile [**hi** [ka-Maputsu]].
O papá chegou de em-Maputo.

A incorporação da informação de direção nas LBs pode explicar a não-utilização das preposições no processo de aprendizagem do português. Os aprendizes reanalisam os verbos de movimento como incorporando "direção", à moda das LBs, o que explica a ausência total de uma preposição ou a presença do constituinte locativo em-SN.

O embate entre a L1 e o input lingüístico da língua alvo
No português a preposição *em* rege SNs locativos, o que cria uma leve semelhança com as LBs:

As raparigas rezam/dormem/vivem na igreja.

A partir de dados como esses, o falante, no processo de aprendizagem do Português, atribui aos locativos o estatuto de constituinte nominal e reanalisa a preposição *em* como marcador morfológico, como ocorre nas LBs. Uma vez fixado o papel não sintático da preposição, os constituintes locativos podem ocupar qualquer posição sintática.
De fato, a polivalência sintática do constituinte locativo em-SN das LBs também é observada no processo de aprendizagem do português. Esta é, portanto, uma evidência da interferência da LB no processo de aprendizagem da L2.

Quanto aos verbos direcionais de movimento, o falante se prende ao padrão de lexicalização observada na sua L1(verb-framing). Esse padrão, juntamente com a atribuição do estatuto de constituinte nominal ao locativo *em*-SN, explica a adoção da preposição *em*

no lugar das preposições direcionais com os verbos de movimento. Esta análise exclui a hipótese de substituição de preposições e explica os casos de ocorrência de uma preposição direcional na presença da preposição *em* (voltou para no Maputo) nos dados de interlíngua.

Conclusões

1. As LBs interferem no processo da aprendizagem do português como L2;
2. O input gerado pela gramática do português desencadeia novos traços/propriedades;
3. os dados de interlíngua revelam estratégias intermediárias de aquisição.

Referências Bibliográficas:

Gonçalves, Perpétua (2002) The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African Portuguese. In Second Language Research, 18,4, 325-347.

Gonçalves, Perpétua & Chimbutane, Feliciano (2004) O papel das línguas bantu na gênese do português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais. In Papia 14, 7:30.

Gonçalves, Perpétua (2004) Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese. In Journal of Pidgin and Creole Languages 19:2, 225-259.

;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;

Gonçalves, Perpétua (2002) The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African Portuguese. In Second Language Research, 18,4, 325-347.

Os traços do sistema gramatical que diferem dos do PE não podem ser considerados exemplos de aquisição imperfeita da língua-alvo (erros que os falantes têm pelo conhecimento insuficiente da L2), mas como propriedades específicas de uma nova variedade de português.
No momento a maioria dos falantes operam com mais de uma gramática, em uma espécie de diglossia internalizada (Lightfoot 1999:92)

Dentro do quadro da teoria de P&P, considera-se que a mudança lingüística é provocada pela aquisição.
Algumas estruturas são ambíguas apenas para os aprendizes de L2, devido à influência da gramática da língua materna. Dois fatores explicam a ambigüidade:

1. o input é analisado com base nas propriedades gramaticais da L1;
2. uma mesma estrutura lingüística recebe mais de uma descrição gramatical compatível com a gramática universal.

Quadro teórico:
Os valores dos parâmetros são associados com os itens particulares, i..e somos dotados de princípios universais que não podem ser instanciados sem material lexical (Wexler &

Manizni 1987). Conseqüentemente, a aquisição da linguagem é um processo de aquisição lexical.
De um lado, a fixação do valor de um parâmetro em uma dada língua implica no agrupamento de propriedades lingüísticas que são concretamente observáveis; de outro, no processo de aquisição, a fixação de um parâmetro têm conseqüências no sistema gramatical da criança, e por esta razão a língua é de natureza catastrófica (Lightfoot 1991).
Embora não haja consenso sobre a disponibilidade da GU para os aprendizes de L2, os lingüistas tendem a acreditar que as "gramáticas específicas de uma língua não existem independentemente da GU" (Epstein et al, 1998).
Alguns pesquisadores acham que o conhecimento da L1 afeta a construção da gramática da L2.
Bennett e Progovac (1998) argumentam que a complexidade da L1 pode "crucialmente afetar a interpretação das propriedades gramaticais da L2."
Schwartz e Sprouse (1996) propõem o modelo de transferência total de acordo, de modo que o estágio inicial da aquisição de uma L2 é o estágio final da L1.
Martohardjono e Gair (1993): o conhecimento da L1 pode interferir na forma da gramática da L2.
No processo de aquisição da L1 ou da L2, são os dados lingüísticos primários aos quais está exposta a criança que têm papel crucial, que detonam as propriedades gramaticais da língua a ser adquirida.
Lightfoot (1991?): a gramática de uma língua muda porque as "pistas" para a fixação de um certo parâmetro podem ser ambíguas ou mal-interpretadas, permitindo a fixação de mais de um valor para cada parâmetro.

A construção da gramática do PM
O PM é uma língua natural, originada a partir de um modelo inicial – o PE. As diferenças entre as duas variedades se devem à forma como o input é analisado por aprendizes de L@ cuja L1 é uma das LBs. Nessas colônias, onde os falantes nativos de português são poucos, a língua alvo não é apresentada de forma suficientemente robusta.

Os pais escondem os filhos a verdade.	/	Os filhos são escondidos a verdade.
Eles elogiam a uma pessoa.	/	Eles lhe elogiam muito.

As construções acima não são geradas por uma gramática selvagem. Resultam dos efeitos superficiais de alguma mudança gramatical.

PE: só o verbo atribui Caso estrutural (só um caso)
LB: o verbo dá caso a mais de um NP
PM: adota-se a opção das LBs

O conhecimento da L1 guia a aquisição da L2.
Quando os valores da L1 e da L2 não coincidem, um parâmetro é fixado de forma errada.
Entretanto, visto que é o ambiente lingüístico que desencadeia as propriedades gramaticais da língua-alvo, os valores do parâmetro devem ser fixados a partir da evidência positiva.
Assim, a retenção no PM do valor paramétrico idêntico ao das LBs só se justifica pela ambigüidade do input.

Nas LBs o verbo incorpora a preposição:

Mudjondzi	a-yiv-el-ile	Tino	mabuku.
O aluno	roubou-a	Tino	os livros.

Só os verbos de dois lugares servem de hospedeiro para a preposição. Quando a preposição *el* é incorporada, o NP extra passa a receber caso do complexo verbal.
No PE a preposição dá Caso aos argumentos de verbos que selecionam mais de um NP. A preposição não é exigida pelas propriedades lexicais do verbo, mas pelas condições de atribuição de Caso (Duarte 1987). O quadro de subcategorização de verbos com dois argumentos é [_NP, NP] e não [_NP, PP], pois o argumento (objeto indireto) cliticiza com *lhe*, o que é impossível se o verbo s-seleciona argumentos PPs:

A Dina pediu um disco ao tio.	A Dina pediu-lhe um disco.
Assistimos ao espetáculo.	*Assistimos-lhe de pé.

A cliticização de “ao tio” e a não cliticização de “ao espetáculo” mostra que a preposição “a” em cada uma das expressões tem estatuto diferente. Na primeira expressão a preposição é somente um atribuidor de Caso e pode ser suprimida quando é usado um pronome pessoal, que absorve os traços de Caso do verbo; na segunda a preposição não pode ser eliminada porque é exigida pelas propriedades lexicais do verbo. O fato de a preposição desaparecer na presença do pronome torna o input ambíguo para os falantes de LBs: eles interpretam que a preposição está invisível porque está incorporada no verbo. Dá-se uma marcação de parâmetro diferente da língua-alvo. Os efeitos gramaticais são:
1. construções passivas com verbos dativos.
2. reanálise do quadro de subcategorização de verbos: nomes [+humanos] na função de objeto direto e indireto são precedidos de preposição e cliticizáveis por *lhe*. Esta reanálise resulta dof ato de que nas LBs os nomes [+humanos] formam uma importante classe nominal e podem ocupar as posições sintáticas mais proeminentes (Hyman e Duranti 1982). Assim, no PM a preposição “a” pertence ao quadro lexical destes verbos e o clítico *lhe* deixa de ser uma evidência morfológica do Caso de traço [dativo].

A associação da preposição “a” e do clítico dativo aos nomes [+humano] mostra que ocorreu a marcação de um novo parâmetro: a criação de uma classe nominal de nomes com este traço semântico, que compartilha traços morfossintáticos específicos (Gonçalves 1992). Outro efeito dessa nova construção gramatical é o uso do reflexivo com verbos psicológicos:

O homem desconfiou-se o indivíduo.

O novo parâmetro que afeta o sistema de Caso emerge no contexto de confronto entre os valores do parâmetro no PE e nas LBs. O input fornece pistas para a marcação do novo parâmetro. A ambigüidade é derivada da possibilidade de o input ser analisado com base na gramática do BL. Uma possível explicação para a ambigüidade está no fato de que na aquisição da L2, o subconjunto de ambientes lingüísticos que pode constituir a experiência detonadora dos valores paramétricos da gramática-alvo é determinado não só pela GU mas também pelo conhecimento de um sistema lingüístico específico, a L1 dos aprendizes.

Entretanto, se a ambigüidade do input pode justificar a marcação de novos valores paramétricos, ela não explica porque muitos dos parâmetros “errados” não são remarcados.
Afirma-se que geralmente durante o processo de aquisição de L2 pelas crianças, os valores errados dos parâmetros podem ser remarcados, convergindo com a gramática-alvo.
Contudo, os estudos do PM mostram que a remarcação não sobrevive na gramática madura dos falantes do PM.
Teoricamente, espera-se que alguns dos efeitos visíveis da marcação “errada” do parâmetro levassem os aprendizes da L2 a perceber que a aprendizagem não foi bem sucedida e que seria necessário remarcar os valores de maneira diferente. Contudo, isso não ocorre no caso dos parâmetros analisados: os efeitos superficiais que poderiam indicar a falta de convergência com a gramática da língua-alvo parece não serem visíveis para os falantes de LBs.
Para entender porque não há remarcação dos valores paramétricos, é necessário recorrer a fatores extra-lingüísticos. O português é adquirido em uma situação não-nativa. Há poucos falantes maternos do português padrão e a maior parte dos dados a que estão expostos os aprendizes é produzida por outros falantes do português como L2. Assim, o gatilho para o valor paramétrico da língua-alvo é menos robusto. Esta situação torna-se dramática quando os dados do input são ambíguos e permitem mais de uma descrição gramatical. A conseqüência é que em pouco tempo cria-se uma cadeia de reação (Ligthfoot 1999): os valores paramétricos marcados de forma diferente da língua-alvo são interpretados como gatilho para os valores específicos para a nova gramática.
As diferenças entre o PM e a gramática alvo – PE – devem ser consideradas não como exemplos de aprendizagem imperfeita, mas como um novo estágio da língua-alvo.
;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;

Gonçalves, Perpétua (2004) Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese. In Journal of Pidgin and Creole Languages 19:2, 225-259.

Muitos traços do PM que diferem do PE constituem propriedades específicas de uma nova variedade africana de português, que pode ser analisada a partir de uma perspectiva diacrônica, como uma instância de mudança lingüística.
Vários estudos têm dado atenção às semelhanças entre o processo de aquisição de L2 e a gênese das línguas crioulas (Anderson 1980, Siegel 1999, Lumsden 1990).
Mufwene (1997:50): pidgins / crioulos e variedades não-nativas devem ser consideradas “diferentes saídas (outcomes) da mesma fórmula de reestruturação da língua”.
O objetivo do presente estudo é apresentar mecanismos cognitivos envolvidos na aquisição do PM como L2.
Os resultados deste estudo podem melhorar se focarmos a atenção no processo envolvido na aquisição e mudança da linguagem e não nas propriedades das diferentes gramáticas.
Klein e Martohardjono (1999): ao contrário das “property issues”, os “process issues” – como especificação do input, aprendizagem, parsing e gatilho – são cruciais para entender o desenvolvimento da linguagem visto que dão conta das condições exigidas para o mecanismo da construção da gramática operar apropriadamente.
Gonçalves foca a tarefa do processo relacionado com a qualidade do input e do gatilho, mostrando como o conhecimento de propriedades específicas das LBs pode interferir no

processamento do input, bloqueando o processo de reestruturação da gramática e permitindo a emergência de uma nova gramática.

Hoje em dia, há falantes de português em todo o país. A maioria se acha em regiões urbanas e freqüentam escolas. Nas regiões rurais, a comunicação é feita basicamente em uma das línguas bantu locais.
Durante a história da colonização moçambicana, não havia condições sociais nem lingüísticas para a emergência de um significante processo de pidginização/crioulização, devido à escolarização e ao input para a aquisição que era relativamente homogêneo. Os aprendizes do português como L2 tinham pleno acesso à língua-alvo, o PE padrão.

Borer (1983): a parametrização é essencialmente lexical.
Wexler & Manzini (1987): somos dotados de princípios universais que não podem ser instanciados sem material lexical (Hipótese da parametrização lexical).
Gonçalves: tanto a gramática da L1 como a da L2 sofrem restrições da GU, i.e. gramáticas de línguas específicas não existem independentemente das Gus (Epstein et al. 1988). A diferença crucial entre a aquisição de L1 e L2 é que os aprendizes da L2 têm conhecimento dos valores de sua L1. O conhecimento da L1 pode afetar a construção da gramática da L2, especialmente quando os valores dos parâmetros da L1 e da L2 não conincidem, o que torna a remarcação dos valores de L2 mais problemática.(Phinney 1987, White 1994, Benett & Progovac 1998, Montrul 1999).
A aquisição da linguagem pode ser caracterizada como uma seqüência de reestruturação de gramáticas.
Klein & Martohardjono (1999): a reestruturação só ocorre “se o input não for compatível com a gramática que está disponível”.
Na aquisição da L2, motivos extra para a marcação errada do parâmetro podem ser resultado da interferência do conhecimento dos valores paramétricos da L1.
O conhecimento das propriedades gramaticais das LBs pode interferir no processamento do input, detonando marcações paramétricas diferentes/novas/erradas.

Referências Bibliográficas:

BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante (1997) A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. Estudos Lingüísticos e Literários, n.19, pp. 65-83.

BERLINCK, Rosane A. (1999) O objeto indireto no Português Brasileiro do século XIX. Comunicação apresentada no II Congresso Nacional da Abralin – Florianópolis.

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso (1972) Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp.71-87.

_____ (1985) *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

CASTILHO, Célia M. Moraes (2005) O processo de redobramento sintático no Português Medieval. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp.

COELHO, Franscico Adolpho (1880-1886) Os dialetos românicos ou neolatinos na África, Ásia e América. In J. Morais Barbosa (org.) *Estudos Lingüísticos Crioulos*. Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1967.

GALVEZ, Charlotte (1987) A sintaxe do português brasileiro. Ensaios de lingüística, 13: 31-50.

GOMES, Christina A.(1996) *Aquisição e perda da preposição no português do Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ.

_____ (1997) Processos variáveis e aquisição de preposição. In: Claudia Roncarati & M. Cecília Mollica (orgs.) *Variação e Aquisição*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, pp.103-116.

_____ (2003) Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: M. da Conceição Paiva & M. Eugênia Lamoglia Duarte (orgs.) *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, pp.81-96.

GONÇALVES, Perpétua (1996) Português de Moçambique: uma variedade em formação. Maputo: Imprensa Universitária.

_____ & CHIMBUTANE, Feliciano (2004) O papel das Línguas Bantu na gênese do Português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais. In Papia, n.14, pp.7-30.

_____ (2005) Towards a unified vision. Journal of Pidgin and Creole Languages, pp.225-260.

_____ (2004) The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African Portuguese. Second Language Research, 18: 225-347.

GUY, Gregory (1981) *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonoly, Syntax and Language History*. PhD dissertation, University of Penssylvania.

HOLM, John (1987) Creole influence on Vernácula Brazilian Portuguese. In Gilbert Glenn (ed.) *Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University of Hawai Press, 406-429.

KATO, Mary (1996) Português Brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança lingüística. In: I.Duarte e I.Leiria (eds) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Vol II: 211-237.

LUCCHESI, Dante (2002) Grandes territórios desconhecidos. Lingüística, vol.14: 191-222.

MELO, Gladstone (1981) *A lingual do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão.

MENDONÇA, Renato (1933) *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer.

NARO, Anthony & SCHERRE, Martha (1993) Sobre as origins do português popular do Brasil. DELTA, 9, no. Especial, 437-454.

_____ (1999) Variable concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In John MCWHORTER (ed.) *Current issues in pidgin and criole linguistics*. Amsterdam: Benjamins.

NGUNGA, Armindo (2004) *Introdução à Lingüística Bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.

OLIVEIRA, Marilza (2001) Mudanças fonológicas explicam o enfraquecimento da morfologia verbal no PB? Boletim da Abralin, v.26, no. Especial, pp.455-457.

_____ (2002) Complementos verbais introduzidos pela preposição "a". V Seminário do PHPB, Ouro Preto, mimeo.

_____ (2005) Uso de preposições no português como L2: complementos verbais dativos. Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional da Abralin, Brasília 2005.

PEREIRA, Dulce (2000) Línguas em contato. In Isabel Hub Faria et alii (orgs) *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho.

_____ (2003) Pa nu skrebe na skola. www.esse-jdeus.edu.pt

RAIMUNDO, Jacques (1933) *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.

ROBERTS, Ian (2002) Creoles, markedness and the Language Bioprogram Hypothesis. Lingüística, vol.14: 11-24.

ROCHA, Ana Paula (2005) Uso de preposições no português como L2: verbos de movimento. Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional da Abralin, Brasília 2005.

SCHER, A.P. (1996) As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo, dissertação de Mestrado, Unicamp.

SILVA, Baltasar Lopes da (1956) *O dialecto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda.

SILVA NETO, Serafim (1986) *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença.

TARALLO, Fernando (1993a) Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In Ian Roberts & Mary Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, pp.35-68.

_____ (1993b) Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d´aquém e d´além-mar ao final do século XIX. In Ian Roberts & Mary Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, pp.69-106.